



“A casa das Marias”: um estudo sobre a política de centro de atendimento às mulheres¹

Jenefer Soares²

Resumo

O presente artigo analisa a efetividade do Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares-CRAMLV. Este serviço se constitui enquanto política pública de atenção às mulheres que vivenciam as violências de gênero. O CRAMLV é fruto da luta dos movimentos feministas e de mulheres em Salvador/BA. O trabalho utilizou metodologia mista, tendo como instrumentos: observação direta, a aplicação de questionário, entrevistas aprofundadas e diário de campo. A amostra presente no artigo foi composta por 22 mulheres que recebiam atendimento jurídico e psicossocial. As entrevistas revelaram a importância de uma escuta, um olhar e um atendimento especializado no enfrentamento as violências de gênero recorrentes no âmbito doméstico e familiar.

Palavras-chave: enfrentamento; violência de gênero; política pública.

“A casa das Marias”: a study on the policy of a service center for women

Abstract

This article analyzes the effectiveness of the Reference Center for Attention to Women Loreta Valadares-CRAMLV. This service is constituted as a public policy of care for women who experience gender violence. CRAMLV is the result of the struggle of feminist and women's movements in Salvador / BA. The work used mixed methodology, having as instruments: direct observation,

¹ Esse artigo é fruto da pesquisa realizada durante o final da graduação e no período do mestrado.

² Mestra em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: soaresjenefer.jes@gmail.com.

GT 22 - Violência de gênero e as repercussões na saúde das mulheres

the application of a questionnaire, in-depth interviews and field diary. The sample present in the article was composed of 22 women, who received legal and psychosocial care. The interviews revealed the importance of listening, looking and providing specialized assistance in addressing recurrent gender violence in the domestic and family environment.

Keywords: coping; gender violence; public policy.

Breve contextualização

A violência contra às mulheres é um fato recorrente na sociedade brasileira. Segundo pesquisa (DATASENADO, 2019), é no âmbito doméstico e familiar que esta violência tem seu número mais elevado. O Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha (OBSERVE, 2011) mostrou que a maioria dos autores de violência contra as mulheres são: maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, pai, irmãos, ou seja, os autores tem uma relação de conjugalidade e afetividade com as agredidas. Esse tipo de violência tem por objetivo o controle dos corpos femininos buscando a manutenção das estruturas de poder (BANDEIRA, 2017, p. 19).

Nesse modelo patriarcal de sociedade, as mulheres devem assumir o papel de esposa, mãe, cuidadora; mesmo assumindo outras funções fora do ambiente doméstico, mantendo imaculado o seu papel descrito enquanto “natural”. Ao analisarmos as violências vivenciadas por mulheres, podemos perceber que a categoria de gênero não é a única a ser pensada nesse enlace de desigualdades, mas a raça, a geração e a classe social são aspectos indispensáveis para compreender que essa violência se mostra mais aguda e naturalizada quando nos referimos às mulheres negras e de periferias (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Diante desse cenário de violências, presente no Brasil, os movimentos feministas e de mulheres vem lutando por políticas públicas que contribuam para o rompimento das violências e a deslegitimação dos discursos de subordinação feminina que se mostra cada vez mais nocivo. Desde o final da década de 1970 e início da década

de 1980 que os movimentos feministas e o movimento de mulheres saem às ruas exigindo a quebra do silêncio do Estado e da sociedade civil no que tange as violências contra as mulheres (BARSTED, 1994, LISBOA, 2005, PASINATO, 2004). Os casos de assassinatos no país e a impunidade aos crimes contra mulheres geravam repulsa aos movimentos (LISBOA, 2005), fazendo com que lutassem por leis que garantissem a punição dos autores e serviços de apoio.

Em 1985 a primeira Delegacia de Defesa da Mulher- DDM foi criada (PASINATO, 2004). A delegacia especializada foi uma resposta governamental às pressões dos movimentos sociais. A partir de então, o Estado passou a reconhecer a violência doméstica e familiar contra às mulheres não mais como um problema privado, mas um problema social complexo. A criação das delegacias especializadas trouxe ao imaginário social a possibilidade de criminalização da violência contra às mulheres e passou a ser a grande política pública no enfrentamento à violência.

Embora a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres- DEAMs tenha sido uma conquista inquestionável, a sua eficácia ainda era muito precária, muitos elementos passaram a se apresentar como instrumento de resistência ao serviço, dentre eles: a falta de capacitação dos agentes, a ausência de equipamentos que oferecessem suporte às mulheres, a violência institucional que as queixosas sofriam e a inexistência de equipes interdisciplinares que ajudassem as mulheres ao procurarem as delegacias. Soma-se a isso, o desejo das mulheres pela mediação dos conflitos, já que muitas delas ao acessarem esse espaço declaravam que não queriam a prisão do familiar, mas uma solução para o problema. (BARSTED, 1994).

Essas mulheres visualizavam nesse espaço um local de conversas e diálogos, a fim de que os autores de violência deixassem suas atitudes agressivas (BARSTED, 1994). Essas experiências evidenciaram a limitação dos serviços nas DEAMs e o quanto essa estrutura ainda estava pautada nos moldes estruturantes das

delegacias, (PASINATO, 2004; SOARES, 1999; GREGORI, 1993; OBSERVE, 2011). Assim, concluía-se que a judicialização das relações conjugais, embora tenha sido a porta de entrada, não poderia ser o único recurso de intervenção dos conflitos (RIFFIOTIS, 2012, p. 32).

Entender as desigualdes de gênero presente na sociedade e o quanto as mulheres foram ensinadas a não controlar suas vidas são fatores importantes no processo de conscientização delas, no rompimento da violência e na construção da equidade de gênero. Esse processo de potencialização das mulheres e a conquista de um poder que não minimiza o outro, não o desqualifica e nem busca controlar, é usualmente chamado de empoderamento. Segundo Lisboa (2003, p. 24), o empoderamento é um poder que “vem de baixo”. As feministas, compreendem que o processo de empoderamento não se constitui na individualidade, mas é produto do coletivo e se constrói a partir de três bases; o psicológico, o social e o político (LISBOA, 2008, p. 3). Assim, os atendimentos prestados nas DEAMs mostravam não contribuir de forma mais específica para esse processo.

Diante desse olhar mais rebuscado, serviços foram sendo criados, a fim de suscitar condições para as mulheres romperem com ciclos de violência e se tornarem donas de sua própria história. Inicialmente, os movimentos feministas e ONGs foram os precursores desses serviços, oferecendo atendimento jurídico e psicossocial às mulheres em situação de violência; além disso, algumas casas de apoio foram sendo criadas no território nacional, com o intuito de socorrer mulheres que viviam em eminente situação de risco.

Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República- SPM/PR e assume-se o compromisso de ampliar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica em toda a República Federativa. Os centros de atendimento foram sendo inaugurados, compostos por uma equipe multidisciplinar, objetivando ajudar mulheres a romper o ciclo de violência. Nesse contexto, o Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares

(CRAMLV) em Salvador se torna um projeto possível. Sendo inaugurado em novembro de 2005, fruto de uma parceria entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. O serviço ganhou o conhecimento de muitas mulheres que necessitavam de acolhimento e apoio. É no centro que passam a compartilhar as vivências permeadas por violências no ambiente doméstico e familiar e a romper com os traumas. O CRAMLV tem por objetivo:

Presta acolhida, acompanhamento psicológico e social, e orientação jurídica às mulheres em situação de violência, visando à ruptura da situação de violência e à construção da cidadania das mulheres, por meio de atendimento intersetorial e interdisciplinar. As ações do Centro de Referência devem pautar-se no questionamento das relações de gênero, base das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres e devem voltar-se ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres (violência doméstica, violência sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual e moral, etc). (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES / PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SPM/PR))³.

Este possui uma equipe composta por advogadas/os, assistentes sociais, psicólogas/os e pedagogas/os, sendo que estes últimos realizam acompanhamento das crianças que ocasionalmente vão com as mulheres vitimizadas. O trabalho realizado é articulado com uma rede composta por serviços de atenção à mulher, como, por exemplo, a Vara de Violência Doméstica, o Ministério Público, Defensoria Pública, DEAMs, Secretaria de Segurança Pública, Instituto de Perinatologia da Bahia (Iperba) e sociedade civil organizada.

Metodologia

³ Durante a presidência de Michel Temer editou-se a Medida Provisória nº 726/2016 que se tratando da reforma ministerial, extinguiu a Secretária das Mulheres.

A pesquisa qualitativa se mostrou mais eficaz para o objeto de pesquisa proposto. Esse modelo contribui para uma exploração em profundidade das perspectivas dos atores sociais (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008). Diante da necessidade de alinhar os instrumentos de pesquisa com os objetivos, utilizei, também, de forma inicial, a quantificação. Partir do pressuposto da noção de “triangulação” defendida por alguns cientistas sociais (FIELDING; SCHREIER, 2001; FLICK, 2005b), que seria um instrumento no processo de integração metodológica, tendo em vista combinar e articular métodos quantitativos e qualitativos. Um argumento central da triangulação pressupõe que diferentes posições que advêm de distintas tradições epistemológicas, teóricas se interligam em determinados pontos.

Utilizei, portanto, uma triangulação intermétodos (DENZIN; LINCOLN, 2003) de maneira sintética. Portanto, parto de um modelo sequencial de análise, aplicando, em um primeiro momento, uma ferramenta quantitativa e avançando para o modelo qualitativo, aprofundando em questões que norteiam o trabalho e ouvindo as interlocutoras. Diante disso, algumas ferramentas se mostraram relevantes: aplicação de questionário, entrevista, observações e diário de campo.

Participaram da entrevista 22 mulheres que eram atendidas pelo centro, entre os anos de 2012-2015, sendo que, com 18 (dezoito) delas apliquei o questionário e, neste universo, duas mulheres participaram também das entrevistas em profundidade. Com 4 (quatro) mulheres realizei apenas a entrevista. A aplicação do questionário e as entrevistas foram realizadas dentro do próprio serviço, em meio à espera delas para serem atendidas ou após seu atendimento, em um espaço reservado para reuniões. Durante o contato com elas, buscou-se um cuidado para não revitimizá-las, portanto, mesmo tendo alguns pontos para condução da entrevista, elas decidiam se estavam prontas para falar. Com objetivo de resguardá-las usamos pseudônimos.

Em meio à pesquisa foi possível realizar observação no grupo reflexivo⁴ existente no CRAMLV. O grupo tinha por objetivo promover encontros semanais mediados por uma psicóloga e uma assistente social. As mulheres utilizavam desse espaço para compartilhar suas experiências e temáticas específicas vinculadas à questão de gênero, com o objetivo de fortalecer suas identidades. As participantes deste grupo já tinham recebido ao menos três atendimentos do CRAMLV e não se encontravam em um processo de fragilização tão elevado de sua identidade. Além disso, tomamos como outro instrumento de pesquisa as conversas desenvolvidas com as mulheres e não gravadas, elas ocorreram durante o intervalo de algumas atividades do CRAMLV, a exemplo, ao esperarem para participar de cursos, palestras e reuniões.

Perfil das marias

A pesquisa realizada pelo Atlas da violência (IPEA, 2019, p. 39) apresentou números preocupantes sobre feminicídios no território nacional e como a categoria de raça se mostra enquanto aspecto de sobreposição das opressões, já que 66% das mulheres assassinadas em 2017 foram mulheres negras. Entre as 22 mulheres que participaram da pesquisa 54% das mulheres se autodeclararam pardas, 40,9% se consideraram negras e apenas 4,54% consideraram-se brancas. No que diz respeito a cor/raça, a pesquisa seguiu o modelo de autodeclaração, assim, as assistidas expressaram livremente a sua cor. O elevado número de mulheres que se declararam negras e pardas no serviço reafirma os dados nacionais, mas não restringe a presença de violência entre mulheres brancas, pois a depender da cidade, isto pode sofrer uma grande variação. A pesquisa realizada na DEAM do município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, registrou a predominância de

⁴ O grupo reflexivo era uma das atividades de apoio existente no centro. No último ano de pesquisa, esses encontros não estavam acontecendo, em decorrência das mudanças de espaço que o serviço sofreu.

mulheres brancas no perfil das ocorrências policiais (ACOSTA; GOMES; BARLEM, 2013).

A partir do estudo com as usuárias do serviço, observou-se que duas faixas etárias foram predominantes, uma entre 30 e 39 anos e a outra de 50 a 59 anos, ambas com uma taxa média de 31,8%. A prevalência destas faixas não anula a incidência de outras faixas etárias, de 40-49 representaram 22,7% e de 60-69 representaram 13,6%. Estes números se aproximam dos dados presentes na pesquisa de Gomes (2010) sobre o CRAMLV que também aponta maior quantidade de mulheres usuárias do Centro com idades entre 32 e 50 anos. Dois objetos são fatores de reflexão a partir do exposto acima, sendo que o primeiro é bem recorrente: a presença da violência contra às mulheres em todas as faixas etárias. A exceção, neste estudo, se refere à ausência de mulheres com menos de 30 anos no CRAMLV, especialmente quando a faixa seguinte apresenta um número elevado. O segundo, por sua vez, diz respeito ao elevado número de mulheres com 50 anos, um pouco diferente do que se percebe nas DEAMs.

Fazendo o exercício de agrupamento dos dois grupos etários mais representativos nos registros trabalhados em um só, emerge um contingente de 1.477 mulheres que têm entre 15 e 35 anos e chegam a totalizar 69,3% do público que registrou queixa na delegacia especial no período estudado. A queda no número de registros se acentua a partir dos 45 anos. Mulheres com idades entre 46 e 55 anos representam 4,2% (89) do total e mulheres acima de 55 anos apenas 1,6% (34) (AQUINO, 2006, p. 10).

As declarações das usuárias com idade acima dos 50 anos tendem a explicar a procura pelo Centro e a consequente queda nos registros das DEAMs. Duas afirmativas apareceram de forma acentuada em diversas declarações: a) o Centro contribui para o desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento à violência e de fortalecimento, na esperança de conseguirem lidar com relações conjugais que perduram por longos períodos; e b) a culpa por realizar a denúncia aparece

também como um fator presente nesta faixa etária, gerando abandono do processo e a não representação criminal.

Com relação à escolaridade, 50% das assistidas que compuseram a amostra deste trabalho afirmaram ter completado o ensino médio, 18,1% declararam ter o ensino superior incompleto, 13,6% não haviam concluído o ensino fundamental, 9,09% completaram o ensino fundamental, 4,5% declarou não ter terminado o ensino médio e 4,5% declarou ter o diploma de ensino superior. A elevação no tempo de permanência das mulheres na escola e a inserção de variadas classes sociais em instituições de ensino superior é significativa, pois exemplifica os resultados dos movimentos de mulheres e feministas para uma melhor inserção das mulheres em todos os espaços. Contudo, demonstra outro aspecto: a presença da violência na vida das mulheres com diversos graus de escolaridade.

Esses dados chamam atenção para compreender a violência enquanto um fenômeno que atinge as mulheres com diferentes idades, escolaridades, classe e cor. Sendo assim, as políticas públicas a serem criadas precisam entender as consequências nocivas da interação dessas categorias para a manutenção do ciclo de violência, como Crenshaw (2002, p. 178) apresenta, em sua luta por uma análise das desigualdades de forma interseccional.

O cravo e a rosa: a construção do gênero no imaginário das assistidas

Semelhante ao que encontramos no contexto de nossa sociedade, as mulheres atendidas no CRAMLV repercutiram em suas falas a construção social do feminino (SCOTT, 1989, p. 3). Porém, diante desta reafirmação de padrões, uma característica teve leve diferenciação do comumente declarado: a noção de “guerreira” apareceu enquanto indicativo para ultrapassar as barreiras do sofrimento. A mulher seria, assim, forte, pronta para superar as adversidades. Os outros significados atribuem às mulheres a posição de cuidadora, mãe,

feminina, amável, família, pura. Atrelado a isto, a figura do divino surge como símbolo de um ser imaculado.

Ao serem indagadas sobre o significado de ser mulher, respondiam a partir do olhar que tinham sobre si mesmas ou sobre as mulheres com as quais tinham contato, olhar que reflete um padrão cultural. Dona Elia (61 anos), ao se descrever, se remete àquilo que havia definido sobre o significado de ser mulher.

Eu faço a mesma imagem porque eu nunca fui ruim pra ninguém. Sempre... com as pessoas, se eu pudesse fazer as coisas, eu fazia. Até quando eu era criança, eu fazia escondida de meu pai. Se tivesse uma pessoa doente e eu pudesse dar a mão, dar um banho, eu ia e fazia tranquilo... Mesma coisa de hoje, se tivesse uma casa suja e um doente eu ia limpar.

Nenhuma das mulheres se descreveu de forma negativa, nem como passível de erro, assim como, também, não apresentaram no significado de ser mulher algum percentual de desvalorização. Ao remeter a algum exemplo que não fosse condizente com este perfil, declaravam: “As mulheres de verdade, porque tem umas que não são mulheres”. (Elza, 55 anos). No entanto, ao ouvir as entrevistadas descreverem as características atribuídas ao homem, elas as construíam por um viés oposto ao que se tem ou tiveram em seus relacionamentos. As respostas seguiram a linha daquilo almejado em suas relações afetivas. Ainda que as falas fossem bastante diversificadas, foram agrupadas em 4 subcategorias: não ser violento, ser afetuoso, responsável e verdadeiro.

É interessante perceber como essa construção social do ser mulher se apresentou de forma expressiva no imaginário das mulheres, principalmente, nas mulheres acima de 50 anos. Essa visão cuidadora, materna, renunciadora têm passado por um processo de ressignificação, mas muito ainda precisa ser conquistado. Nesse sentido, os serviços especializados de atenção às mulheres se mostram de forma significativa, ao buscar trabalhar novos conceitos e quebrar com uma

visão imaculada das mulheres, aos quais devem estar sempre dispostas a sofrer o dano.

De mãos dadas com maria

O CRAMLV se tornou a porta de entrada para muitas mulheres fragilizadas por situações de violência que, sem condições financeiras para realizar o pagamento de um profissional especializado, ali encontraram apoio e escuta apurada. Ao adentrarem o CRAMLV, essas mulheres acrescentam em suas vidas um importante parceiro, pois o Centro se apresentou enquanto fomentador do desenvolvimento de novas concepções. As assistidas relatam a importância desse mecanismo no processo de mudança: “Eu tinha medo de tudo, eu vim pro Loreta muito abalada emocionalmente, fisicamente, eu tinha medo dele tomar conhecimento do Loreta e querer me matar” (Neide, 54 anos).

Partindo desse entendimento da importância do atendimento especializado no trato com mulheres em situação de violência, analisei a presença do serviço na vida das colaboradoras que tinham mais de três meses de atendimento. A Tabela 1 apresenta um número significativo de mulheres que já eram atendidas há mais de um ano.

Tabela 1 – Tempo de atendimento no CRAMLV

Intervalo	Número	%
0-11meses	8	36,36
12-23 meses	4	18,18
24-35 meses	5	22,72
Acima de 36 meses	5	22,72
Total	22	99,98

Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas no CRAMLV

Sendo assim, a somatória de mulheres que tinham mais de 12 meses em atendimento representa 63,64% das entrevistadas. A partir disto, torna-se relevante observar as seguintes questões:

- As mulheres se identificaram com o atendimento e permaneciam utilizando o serviço ainda que não com a mesma regularidade do início. A fala de Nilza (66 anos), senhora que era atendida no centro há quase 4 anos exemplifica: “Em novembro faz 4 anos, se depender de mim, não saio daqui nunca”.
- Há uma temporalidade individual para o desenvolvimento da sua autonomia, algo exemplificado na fala de Manuela, (35 anos), atendida no centro há mais de 24 meses: “Eu estou melhorando enquanto pessoa, eu estou me conhecendo”.
- A descontinuidade nos atendimentos ocasionada por escolha da usuária ou por fatores externos, como a falta de transporte, limitações na saúde, entre outros. Jeane, (35 anos), já tinha em torno de 2 anos sendo atendida, entre idas e vindas: “Quando desisti daqui, tive medo de voltar, mas eles me acolheram da mesma forma... e eles não me trataram de forma preconceituosa”.

A identificação com relação ao serviço está presente nas três subcategorias. Os três eixos apreendidos acima podem se intercruzar, logo, uma assistida pode ter uma escala de tempo maior para o desenvolvimento da sua autonomia e este processo se estender ainda mais, devido à descontinuidade no atendimento

Os Trabalhos de Sardenberg (2006) e Lisboa (2008) apresentam discussões relevantes sobre o processo de empoderamento de mulheres. O primeiro ponto a ser enfatizado sobre empoderamento é que ninguém empodera ninguém e ninguém se auto empodera, sem que haja agentes que desencadeiem o questionamento a respeito da condição de subordinação e a busca por mudanças (LISBOA 2008, p. 5). Alguns eixos devem ser notórios no processo de empoderamento: a conscientização da condição vivenciada, a criação de mecanismos para a ação, o desenvolvimento de estratégias, a autonomia financeira.

Partindo do pressuposto de que o centro tem funcionado como um agente de empoderamento, foi analisado, a partir dos discursos das usuárias, a presença de elementos indicativos de processo de empoderamento em suas vivências. Embora apresente esses elementos, tenho a clareza de que este não é um processo que ocorre de forma unilateral, logo, ele vai atingir diversas esferas: as mulheres, os agentes, a sociedade, como aborda Sardenberg (2006, p. 8). A Tabela 2 resume em seis subcategorias as mudanças que as mulheres declaram vivenciar a partir do contato com o CRAMLV. Estas subcategorias aparecem em muitos relatos de forma que se inter cruzam.

Tabela 2 – O que mudou ou tem mudado nas próprias vidas segundo as colaboradoras da pesquisa

Subcategorias
1. Passou a ter consciência da situação vivenciada
2. Assumiu o controle sobre a vida.
3. Desenvolveu mecanismos de enfrentamento à violência
4. Desenvolvimento de autoestima e autoconfiança
5. Diminuição das tensões com o sexo oposto
6. Se sente apoiada, acolhida

Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas no CRAMLV.

a) Consciência, enfrentamento à violência e o controle da própria vida:

A conscientização da situação de violência e opressão aparece como efeito positivo a partir do contato com o CRAMLV. Ao acessarem o serviço, passaram a entender o quanto as violências vivenciadas são fruto de uma dinâmica desigual de poder.

Antes do Centro era muito ruim, negativo, porque eu cheguei mesmo arrasada, parecendo um franguinho com a asa quebrada. Mas, depois do Centro, do atendimento, eu me fortaleci em todas as áreas, foi muito bom pra mim. Eu adquiri muita coisa boa, aprendi a lidar com os problemas, a enfrentar o ser humano, principalmente aprendi que a gente não pode baixar a cabeça para os problemas, eu adquirir forças pra lutar pelos meus ideais, pelos meus objetivos, aprendi a ser respeitada como ser humano, como mulher e aprendi os cursos e o mais principal foi o enfrentamento (Neide, 54 anos).

A fala apresenta no discurso a ideia de aquisição de conhecimento e apropriação dos direitos. Ligada ao conhecimento, aparece a mudança de postura e a busca por transformação, ressaltando que o enfrentamento da violência está presente em alguns trechos; “eu

adquiri forças para lutar pelos meus ideais”, “principalmente aprendi que a gente não pode baixar a cabeça para os problemas” (Neide, 54 anos). É importante enfatizar que essas mulheres não buscaram a delegacia; sofreram durante muito tempo sozinhas, decorrência do que aprenderam sobre o que é “ser mulher” e por não acharem que a denúncia era o caminho, silenciaram suas vozes.

Algumas entrevistadas se mostraram em um processo de construção de sua liberdade e, aos poucos, têm aprendido a viver de forma autônoma:

Eu estou assim, passo a passo, estou tomando coragem. Cada vez que venho aqui, que escuto uma palavra de incentivo, vou aprendendo a ter minha opinião, minha vida, que não posso viver só para meu marido e filho, que tenho que ter meu momento, aos poucos eu me imagino tomando o controle (Mere, 31 anos).

As declarações apresentam a tríade consciência–mecanismos de enfrentamento à violência- controle da própria vida enquanto indicativo de uma busca por romper a centralidade da família e se estruturar a ponto de serem o centro de suas rotinas e livres do ciclo de violência.

b) Autoestima e autoconfiança

Nesta sessão, as narrativas se assentaram no desenvolvimento da autoestima, conseqüentemente, promovendo uma autoconfiança às assistidas. “Em tudo, me sinto mais gente, mais amada. Uma coisa que acho espetacular, “primeiro abrir os olhos e depois o coração” eu aprendi a dizer não e dizer sim”. (Jeane, 35 anos); “Muita coisa, fiquei mais alegre, mais solta, mais tudo”. (Elia, 61 anos). As falas supracitadas trazem uma perspectiva de mudança, exemplificada em “em tudo”, “muita coisa”, seguido de uma explanação sobre um processo de valorização interna, expresso em ações singulares.

O amor à própria vida e a autoconfiança de poder ser feliz e viver bem sem relacionamentos agressivos aparecem. Embora se apresente como algo simples, foi notória a existência de dependência emocional, em muitas delas, o que torna o rompimento fruto de um exercício: “Eu revivi, tenho amor a mim mesmo, não tenho mais medo de ficar em casa”. (Diana, 42 anos). A dependência do companheiro se constituiu um agravante para a permanência na relação. Esta dependência se apresentava de tal forma que muitas das assistidas revelaram esperar elogios do outro, uma demonstração de afeto, uma atenção, para se sentir feliz e completa. Em alguns casos, o seu comportamento, o seu querer fazer e o querer dizer estava atrelado à permissão do cônjuge.

c) Apoio e acolhimento

Uma consequência que a violência doméstica e familiar traz às mulheres é a redução de sua rede de relações. Isto decorre por via de alguns fatores, dentre os quais podemos citar: a vergonha de falar a respeito, a própria imposição do autor/autora da violência de se afastar ou os amigos e familiares decidem se afastar por não aceitar a posição da mulher de permanecer na relação e/ou por não quererem se envolver (DUTRA; PRATES; NAKAMURA; VILLELA, 2013). Logo, o CRAMLV representou um agente de apoio para as assistidas que mostraram a ausência de uma rede de apoio, de desabafo e acolhimento para além dos laços sanguíneos e afetivos.

“Me sinto apoiada de todos os lados, foi um suporte”. (Cleide, 51 anos); “Eu estou mais orientada, quando estou nervosa, elas me acalmam, me incentivam a continuar a viver independente dele”. (Marcela, 55 anos). Em comparação com outros serviços da rede de atenção às mulheres, as assistidas do CRAMLV concebem um acolhimento diferenciado, um olhar não acusador, uma escuta especializada. Carine, 53 anos, aborda a ausência de acolhimento em

outros serviços: “É o que falta em outros lugares é um bom acolhimento, os serviços de apoio às mulheres falta um lado humano nesse trabalho”.

d) Redução das tensões

As vivências conjugais marcadas por violências tiveram, enquanto consequências, a resistência ao sexo oposto e a dificuldade de relacionamento. Como reflexo do acolhimento no Centro de Referência, algumas assistidas declararam ter rompido com os “traumas” e demonstraram estar disponíveis para outras relações. Jamile, 35 anos, declara; “Mudou meu pensamento contra homem, pensei que ficaria com trauma e que nunca mais me relacionaria com homem”. A sensação de que conseguiria permanecer na relação criando mecanismos de enfrentamento surge como indicativo de que houve uma superação das marcas. Nilza, 66 anos, diz: “Eu sou outra mulher, se eu tivesse conhecido antes não teria me divorciado, eu conseguiria lidar com essa situação”.

Ao término desta abordagem acerca do empoderamento, é perceptível o quanto tal conceito é dialógico, sendo melhor compreendido a partir de uma noção de rede, composta por indivíduos e instituições. A tomada de conhecimento não é uma situação fácil e, mais do que reconhecer, romper com a violência é tão difícil quanto, logo, uma ajuda especializada é favorável neste processo. Após esse difícil processo de conhecimento da situação e de si mesma, a mulher se vê na iminência de criar mecanismos de enfrentamento da violência, processo que a coloca em posição de se defrontar com alguns de seus piores medos, dentre eles, o rompimento da relação⁵ e a construção de uma autonomia antes não experimentada. Com isso, a mulher é levada a desembocar em outra etapa – a tomada do controle da própria vida – onde ela se posiciona na iminência de enfrentar a si mesma em um

⁵ É importante ressaltar que algumas dessas mulheres permaneciam em suas relações conjugais conflitivas. Esse espaço se mostrou um parceiro dessas mulheres, pois não se sentiam julgadas e sim ajudadas a mudar a dinâmica dessas relações.

contínuo diálogo, não mais permitindo que outros façam o papel de regentes principais de suas vidas.

Nem tudo são flores

Da inauguração do Centro, em 2005, até a finalização da pesquisa de campo, em 2015, o caminhar do serviço foi constituído de muitas conquistas, mas também vivenciou momentos de tensão e da ausência do Estado e do Município para a diversificação de projetos ou, até mesmo, para a manutenção de materiais básicos e, com isto, ocorreram algumas descontinuidades em atividades promovidas pelo Centro, uma diminuição dos atendimentos e um quase fechamento do serviço. A equipe técnica, a coordenação e as assistidas sentiram o impacto.

A equipe sofreu mudanças em grande parte do seu contingente, ocorrendo também uma mudança de endereço. A nova equipe advém de vínculo empregatício temporário e da presença de poucos momentos de formação, o que foi sentido pelas assistidas e ficou notório, durante o tempo de realização da pesquisa no novo espaço, na nova roupagem do Centro. Algumas assistidas apresentam a sua percepção sobre as mudanças: “Já foi melhor, aqui já teve curso de teatro e desfile de moda. Hoje, está meio fraquinho, mas eu continuo aqui”. (Nilza, 66 anos); “Eu acho que, no começo, era melhor, havia cursos, acho que também não tem verba”. (Elia, 61 anos)

A partir do que as assistidas anunciam é notório que elas sentiram a ausência das atividades promovidas e de financiamento. Ainda que o serviço apresente um atendimento satisfatório no entendimento delas, as oficinas realizadas e os cursos oferecidos contribuíam, significativamente, no processo de aprendizagem, como momentos de distração e como impulsionamento de um saber fazer, permitindo a promoção de uma autonomia.

Considerações finais

Os Centros de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência assumem esse papel, oferecendo atendimento social, psicológico e jurídico (caso as assistidas desejem). A criação desta política pública tem assumido um papel significativo no processo de empoderamento de mulheres, no entanto, apresentá-la fora do contexto dos movimentos feministas é improcedente. Sim, torna-se relevante perceber a centralidade dos movimentos de mulheres, já que não é dos governantes que surge o entendimento da necessidade de enfrentamento da violência, mas, sim, do engajamento de diferentes mulheres.

Uma vez que se observava a iminência de surgimento desse espaço, uma outra demanda surgiu. Ficou patente, para o movimento de mulheres, que o espaço de escuta só teria eficácia se tivesse grande sensibilidade e tal postura não é necessariamente “natural”, mas resultante de processos de formação. Após a finalização da pesquisa, ficou perceptível a centralidade que o CRAMLV tem na rede de enfrentamento à violência. A análise positiva que muitas mulheres fazem do serviço demonstra que existem sim políticas eficazes no trato dessa questão, mas isto não significa também desconhecer os limites de tal política. A promoção da independência financeira das assistidas ainda é um campo que carece de maior impulso político. O empoderamento – marco maior do CRAMLV – foi algo que tomou muitas laudas de anotações e horas de análise, por se tratar de um fenômeno difícil de ser mensurado, visto que cada assistida termina tendo seu próprio tempo de maturação ao longo do percurso. Entretanto, é inegável que o Centro, mesmo com limitações e dificuldades, tem sido eficaz neste processo dialógico. Sendo assim, o que se conclui é a necessidade de aprimoramento e ampliação de tal política.

Referências

- ACOSTA, Daniele F.; GOMES, Vera Lucia; BARLEM, Edison D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. *Acta Paul Enferm.*, v. 26, n. 6, p. 547-553, 2013.
- AQUINO, Silvia de. Reflexões sobre a violência contra a mulher denunciada na DDM em Salvador. In: DEBERT, Guita G. et al. *Gênero e distribuição da justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2006. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50799.
- BANDEIRA, Lourdes Maria Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane. (Org). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. 628 p. il.
- BARSTED, Leila Linhares. *Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil. 1983-1993*. UNICEF/Ministério das Relações Exteriores. Brasília. 1994
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (Org). *Atlas da violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: ISBN 978-85-67450 148. Disponível em : https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 3 de agosto de 2020.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPMM*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf.
- BRASIL. Senado Federal. Datasenado. *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: Senado Federal; Secretaria de Transparência, dez. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acesso em: 10 ago. 2020.

- CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, p. 171-188, 2002.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). *The Landscape of Qualitative Research: theories and issues*. 2. ed. Paris: Sage, 2003. p. 1-45.
- DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- DUTRA, Maria de Lurdes; PRATES, Paula Licursi; NAKAMURA, Eunice; VILLELA, Wilza Vieira. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013.
- FIELDING, Nigel; SCHREIER, Margrit. Introduction: on the compatibility between qualitative and quantitative research methods. *Qualitative Social Research* [online], v. 2, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>>.
- FLICK, Uwe. Triangulation in qualitative research. In: FLICK, Uwe; KARDORFF, Ernst von; STEINKE, Ines. (Ed.). *A companion to qualitative research*. Londres: Sage, 2005b. p. 178-183.
- GOMES, Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa. *Aspectos visíveis das violências invisíveis: violência contra a mulher na família nos casos das usuárias do centro de referência Loreta Valadares*. Salvador: UCSal, 2010.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, Classe e Etnia - Trajetória de mulheres migrantes*. Florianópolis & Chapecó: Editora da UFSC & ARGOS, 2003

- LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *Fazendo Gênero 8- Corpo, Violência e poder*. Florianópolis, de 25-28 de agosto de 2008.
- LISBOA, Teresa Kleba. Violência e relações de gênero: definindo políticas públicas. *II Jornada Internacional de Políticas Públicas em São Luís – MA*, 23 a 26 de agosto 2005.
- OBSERVATÓRIO DA LEI MARIA DA PENHA – OBSERVE. 2011. Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais. *Projeto Observe/UNIFEM: Relatório Final*, mar. 2011.
- PASINATO, Wânia. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. *XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais, 26 a 28 de outubro de 2004.
- PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*, 2008. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP, 38p.
- RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judicialização” dos conflitos conjugais. In: RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli, (Org). *Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012. 192 p.
- SANTOS, Cândida Ribeiro “Quero um basta!”: experiências de mulheres que fizeram denúncia na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) em Salvador. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XVI*. Anais. Caxambu- MG –Brasil, 29 set.-3 out. 2008.
- SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: *Seminário Internacional Trilhas Do Empoderamento De Mulheres, I – Projeto Tempo’*. Anais... NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, 5-10 jun. 2006.
- SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Liberal vs liberating empowerment: Latin America. In: *Conference: Reclaiming Feminism –*

Gender And Neo-Liberalism, Institute Of Development Studies (Ids), Brighton, UK, 9-10 July 2007.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, p.28-52. [Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1991].

SOARES, Bárbara Mussumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas públicas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.